*Artigo

Bras(ilha)

Juscelino Kubitschek, para pôr em prática seu plano de chamar a atenção de todos à dimensão do Brasil, resolve tirar o centro político administrativo da região litorânea e levá-lo à região do Planalto Central, ideia esta originária do padre João Bosco. JK visionava mudar a cultura da capital sempre existir em regiões de navios (Salvador e Rio de Janeiro) para uma região de aviões, ferrovias e automóveis. Assim, o foco desvencilharia de cidades portuárias para o rincão do centro-oeste.

Para tanto, chamou Oscar Niemeyer, um dos brasileiros mais influentes, que se inspirava nas curvas, dos carros e das mulheres, para dar formas às suas obras. Ao lado de Lúcio Costa e Joaquim Cardoso, criaram a borboleta rente ao lago Paranoá que voaria rumo à modernidade. Foi um passo de cinquenta anos em cinco, cheio de atropelos. Nascia Brasília. Num país onde as mais novas obras públicas já nascem ruínas (elefantes brancos), Brasília era o diferencial e, em arquitetura, ainda o é, tanto que está no rol de patrimônios mundiais da UNESCO.

Se na arquitetura Brasília tem seu reconhecimento, já na política não foi a mesma estória! Após 56 anos de existência, a essência das obras de Brasília foi morrendo aos poucos. O Congresso Nacional, dividido por duas bacias, sendo a aberta representativa do povo e a fechada, do Estado, tem seus apartamentos assentados em duas torres, interligadas entre elas por uma passarela. Vista de fora, tem o formato da letra "H". Isso não se deu pelo acaso. Tudo foi pensado, para justamente ter a letra inicial de Humanidade e Honestidade.

Eram nesses sentimentos que os políticos deveriam alicerçar suas ações, seja para não corromper como para fazer as leis. Isso nunca fora feito, tanto que as leis humanitárias sempre vieram de fatos com apelo popular, a exemplo da Lei Maria da Penha, Lei Bernardo. E a corrupção, então!!!! Sua propagação foi muito mais célere que o levantamento da Cidade-Parque. O Brasil vai demorar mais que cinquenta anos para ir à modernidade. Para fazer a borboleta voar o povo tem que sair do casulo e aprender a votar!

O gentílico para nascidos em Brasília é brasiliense. Mas os brasilienses não enraizados chamam-se candangos. Essa expressão designa, como yin e yang, os lados positivo e negativo. Do lado positivo destina-se a nomear os retirantes, principalmente nordestinos, que deram mão de obra aos sonhos de Niemeyer e companhia. Do lado negativo, designa os políticos. Etimologicamente, Candango vem do termo africano "kangundu", diminutivo de "Kingundu", que significa ruim, vilão, ordinário. Concluímos que Brasília foi erguida pelos candangos e destruída por candangos.

Brasília é capital, sonho idealizado de progresso e desvirtuado pelos interesses privados dos representantes públicos. Também é palco de diversas manifestações populares, que canalizam ao mesmo objetivo: o bem de todos. Brasília parece ter crescido prematuramente num lustro. E nunca amadureceu. Para darmos um passo pra frente, às vezes, é melhor primeiro dar um pra trás. Assim, é preciso tirar os negativos candangos dessa terra e voltarmos à essência das obras niemayerianas. Com isso, Brasília, de fato, poderá ser nossa terra prometida e não apenas uma ilha separada de nossas reais necessidades.

Divaldo Ferreira Souto Filho

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Reinaldo Manarim Neto
Maykon Henrique Moura
Evertton Matheus N. Campos
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Casa do Adolescente realiza hoje Bazar Solidário

Interessados em adquirir produtos em bom estado de conservação poderão fazê-lo hoje, quando a casa do adolescente, instituição filantrópica, não governamental, sem fins lucrativos, realizará mais uma edição do Bazar Solidário, com o objetivo de angariar recursos para dar segmento em várias atividades realizadas pela casa.

Na oportunidade, estarão sendo comercializadas roupas, sapatos, acessórios, além dos artesanatos feitos pelos adolescentes da casa.

Todos os objetos colocados à venda terão preços módicos, e os organizadores esperam contar com a participação da população.

O bazar acontecerá hoje, a partir das 7 até às 14, na Casa do Adolescente, fundos da Vila Olímpica.

Irregularidades PPP

O Ministério Público do Estado, por meio da 8ª Promotoria de Justiça Cível, abriu inquérito civil para apurar supostas irregularidades no projeto de gestão escolar da Secretaria de Estado de Educação em parceria com o MT Par (MT Participações e Projetos). A denúncia foi feita pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação do estado (Sintep), que alega que a proposta do governo representa privatização.

Denúncia

Outra denúncia é de que a ação pode fragilizar o controle e a aplicação correta dos recursos públicos, e aprofundaria irregularidades nas licitações das obras das escolas. O presidente do MT Par, Vinícius de Carvalho Araújo, disse que está ciente da abertura do inquérito e que o órgão está, em parceria com a Seduc, organizando documentos para prestar os esclarecimentos ao MPE.

15 Centros

O edital foi publicado pelo governo, com apoio operacional da MT Par (MT Participações e Projetos), no dia 14 de abril de 2016. A proposta é de formulação do Projeto Gestão Escolar, para garantir a construção, reforma e gestão de serviços não pedagógicos de 76 escolas da rede pública estadual e 15 Centros de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (Cefapro). O inquérito civil deve fiscalizar o andamento do projeto.

Audiências

O governo já lançou edital para escolher empresas para elaborar propostas para colocar o projeto em prática, diz que ainda vai realizar audiências públicas sobre o tema e que, se a população não aceitar, vai abrir mão de implantar as mudanças. Caso se concretize, o projeto deverá ser aplicado em 27 municípios: Cuiabá, Várzea Grande, Barra do Bugres,Campo Novo do Parecis, Diamantino e Tangará da Serra .

*Bastidores da Política

Campo Novo

O Governo de Mato Grosso vai aplicar R$ 450 mil em emendas parlamentares no município de Campo Novo do Parecis, destinadas pelo deputado Wagner Ramos (PSD). O processo já está formalizado junto às respectivas secretarias de Estado e se refere a obras de pavimentação e recuperação de vias urbanas, readequação da estrutura física (equipamentos) das unidades de Saúde e adequação e manutenção da infraestrutura de Educação.

Apoio

O governador Pedro Taques pediu apoio do Governo Federal para obter R$ 331 milhões que serão investidos no Programa Estadual de Incentivo à Aviação Regional. O pedido foi feito durante reunião com o ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa, na noite desta quarta-feira, 01. Taques destacou o programa criado em abril para estimular a expansão das linhas de transporte aéreo em Mato Grosso e que 13 cidades seriam beneficiadas com o aporte.

Rodovias

As rodovias BR-163, BR-158 e BR-155 também foram tratadas no encontro com o ministro dos. Nas duas últimas foram solicitadas obras de restauração e adequação de capacidade. Na BR-163, o pedido foi para dar continuidade às obras de pavimentação. Nessa rodovia falta asfalto em vários trechos na divisa de Mato Grosso com o Pará. A comitiva mato-grossense pediu recursos para terminar a obra do contorno de Barra do Garças.

Greve continua

Os servidores públicos estaduais rejeitaram a nova proposta feita pelo governo do estado, nesta quinta-feira, 2, de pagar 6% dos 11,28% da recomposição salarial da inflação de 2015. Durante a reunião entre o Fórum Sindical, que representa 32 categorias, e o Poder Executivo estadual, o governo propôs pagar 2% em setembro, 2% em janeiro de 2017 e os outros 2% em março, mas os servidores alegam que não irão abrir mão do pagamento do reajuste integral, ainda que parcelado, durante este ano.

Ganhou força

O movimento grevista ganhou força nas duas últimas semanas, mas protestos vêm sendo realizados pelo funcionalismo público do estado desde que o governo anunciou oficialmente, no dia 6 de maio, que não iria pagar a reposição da inflação. O governo afirma que a proposta feita aos servidores considera o atual cenário da economia nacional e alega que a União deve ao estado parcelas finais referentes ao FEX de 2015 e que ainda não recebeu nenhuma parcela de 2016.

FEX

Mato Grosso recebeu nesta sexta-feira, 03, a terceira e última parcela referente ao Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações (FEX) de 2015, no valor de R$ 105,3 milhões. A primeira parcela e a segunda parcela foram pagas, respectivamente, em abril e maio, conforme consta na Medida Provisória nº 720, oficializada pelo Governo Federal em março.A União devia para o Estado, ao todo, R$ 421,2 milhões do FEX referente ao ano passado.

FEX II

Desse total, 75% ficam com o Estado e 25% são destinados aos municípios – montante de R$ 105,3 milhões. No entanto, o Auxílio Financeiro de 2016, que contabiliza R$ 391,7 milhões, continua sem previsão de pagamento. No ano passado, o Governo Federal, comandado pela presidente afastada Dilma Rousseff, pagou o FEX de 2014 em quatro parcelas (setembro, outubro, novembro e dezembro).

FEX III

É uma compensação feita pelo Governo Federal aos Estados beneficiados com a Lei Kandir, que desonera o ICMS sobre exportações de produtos primários e semielaborados. Os valores devidos a Mato Grosso referentes a 2015 e 2016 somam quase R$ 1 bilhão. Os valores a serem recebidos pelo pagamento do FEX ajudarão a manter os principais compromissos do Estado em dia, preocupação crescente do Governo.

Governo entra com três ações na Justiça contra greve

O governo estadual entrou com três ações no Tribunal de Justiça contra a greve dos servidores estaduais. As ações foram protocoladas na última terça-feira (31), mesmo dia em que teve início a greve geral. Os servidores deflagraram greve para pressionar pelo pagamento da Revisão Geral Anual (RGA), que prevê a reposição da inflação do ano anterior, ou seja, 11,28%.

O Gcom informou que o objetivo da judicialização da greve é garantir a manutenção dos serviços essenciais na área de saúde e segurança. Por isso, foram acionados o Sindicato dos Servidores da Saúde e do Meio Ambiente do Estado (Sisma) e a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar (ACS). Nessa ação, o o governo pede a garantia da manutenção de 100% dos serviços da Segurança Pública.